

Grevistas não se intimidam com ameaças do governo

DECRETO ANTIGREVE É QUESTIONADO NO STF E PARALISAÇÕES CRESCEM EM TODO O PAÍS

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), que representa os servidores do Executivo, acionou o STF nesta quarta-feira pedindo a suspensão urgente do corte de ponto determinado pelo governo. A solicitação de derrubada do Decreto 7.777/12, que autoriza a substituição de servidores grevistas, já está com o relator, ministro Dias Toffoli. A adesão à Greve do funcionalismo público aumenta, apesar das medidas repressivas do governo Dilma. Mais categorias entraram em Greve nesta quarta, como oficiais e assistentes de chancelaria e demais funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Em Santa Catarina, a Vara Federal de Caçador começa hoje paralisação diária de duas horas, das 13 às 15 horas, e os colegas irão visitar os servidores da JT e JE para que eles também entrem no movimento.

Na Justiça Federal, aderiram, por tempo indeterminado ou com paralisações parciais, Florianópolis, Criciúma, Joinville, Blumenau, Laguna, Tubarão, Lages, Chapecó, Joaçaba, Rio do Sul e Caçador. Na Justiça do Trabalho

há paralisação de duas horas diárias e nesta sexta, em Florianópolis, os servidores irão escolher o representante do Sindicato na Comissão de Saúde do TRT.

400 SERVIDORES EM ATO UNIFICADO

Ontem, servidores do Judiciário Federal, MPU, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, AssIBGE, Sindprevs-SC, UFSC e IF-SC fizeram Ato Unificado na Justiça Federal em Florianópolis. Depois das falas de representantes das categorias, todas em Greve, os servidores seguiram em caminhada na Beira-mar Norte até a sinaleira na frente do Direto do Campo. Ali, fecharam a pista no sentido centro-bairro, e, em seguida, fizeram o percurso de volta. No final do Ato, reunidos na Justiça Federal, cantaram o Hino Nacional. Participaram, do Judiciário Federal, servidores das três justiças em Florianópolis e colegas de Criciúma, Laguna, Tubarão, Blumenau, Itajaí e São José. Foi o maior Ato Unificado de servidores públicos federais da Capital nos últimos anos.

SERVIDORES VÃO ÀS RUAS

*Os servidores do STF reuniram-se em Assembleia para decidir a adesão do Tribunal à Greve por tempo indeterminado deflagrada no Distrito Federal desde o dia 1º de agosto. Vários servidores defenderam a adesão do STF à Greve imediatamente e a proposta foi aprovada por ampla maioria.

*Em Minas Gerais, que aderiu à Greve no dia 20 de

agosto, cerca de 400 pessoas ocuparam a frente do TRT para expor sua indignação com o governo federal e sua política de "enrolar" para negociar com a categoria.

*No Rio Grande do Sul, os servidores saíram em caminhada até a sede regional do Ministério do Trabalho e Emprego. O Ato público bloqueou uma das pistas da movimentada avenida Mauá, em Porto Alegre.

Greve cresce na Eleitoral

Hoje é o 11º dia da Greve dos servidores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina. Ontem eles participaram da atividade na avenida Beira-mar Norte. Na terça os colegas fizeram um Ato na frente do TRE, que contou com a participação histórica de 131 servidores do Tribunal, reunidos para manifestarem sua insatisfação com o descaso do governo federal e a falta de posicionamento efetivo por parte dos tribunais superiores quanto à defasagem salarial.

Alguns cartórios do interior estão realizando mobilizações e paradas de algumas horas, especialmente onde há fóruns das Justiças do Trabalho e Federal. No ato em

frente ao TRESP, foram aprovadas as datas de 28 e 31 de agosto como indicativo de paralisação total dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense. Vários colegas do interior estão dispostos a parar por tempo indeterminado a partir da próxima semana, então este é o momento de consolidar o movimento e mostrar nossa força.

Na terça o Presidente do TRESP recebeu os servidores, mostrando-se aberto ao diálogo e reconhecendo a legitimidade das nossas reivindicações. **EM BREVE HAVERÁ ORIENTAÇÕES AOS SERVIDORES DOS CARTÓRIOS PARA ADERIREM À GREVE**

Reunião com servidores é adiada para amanhã

A reunião no Ministério do Planejamento entre o secretário de Trabalho, Sérgio Mendonça, e representantes dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU foi adiada para a sexta-feira. O ministério alegou que o secretário havia sido chamado pela presidenta Dilma Rousseff para comparecer ao Planalto e não teria como receber os servidores. A reunião estava inicialmente prevista para ontem.

A audiência ganhou mais importância a partir da revelação de que o governo apresentou, pela primeira vez, uma contraproposta para a questão salarial ao STF. Os servidores pretendem obter do secretário mais informa-

ções sobre a proposta, que não contempla as reivindicações da categoria, e pressionar para que haja avanços nas negociações.

O presidente do Supremo, Ayres Britto, comunicou a dirigentes da Federação o teor do que foi oferecido pelo governo: três parcelas de 5% em 2013, 2014 e 2015, totalizando 15,8%. Segundo o Supremo, a proposta inclui servidores e juizes e a definição de como seriam aplicados esses percentuais na tabela salarial ficaria por conta do Poder Judiciário. A contraproposta, porém, não faz nem cócegas nas perdas salariais da categoria, que mantém a Greve.

CNJ altera resolução do CSJT para negociação de dias parados

Em sessão nesta terça-feira, o CNJ acolheu parte dos termos do Pedido de Controle Administrativo (PCA) assinado pela Fenajufe e por mais 13 sindicatos. O PCA pedia a invalidação da Resolução nº 86 do CSJT, que prevê o corte de ponto dos servidores da JT em caso de paralisação ou greve.

Na decisão, o conselheiro relator, Gilberto Valente, sugeriu a alteração do artigo 2º da Resolução 86, acolhendo a argumentação da categoria, de que as regras da resolução afrontavam a autonomia administrativa dos tribunais.

Ele considerou necessário adaptar a resolução ao entendimento do CNJ, que admite os descontos, mas

também permite a compensação, a critério de cada TRT. Com a decisão, as administrações dos tribunais poderão negociar com os Sindicatos a situação dos grevistas.

Segundo o assessor jurídico da Federação, Pedro Maurício Pita Machado, a decisão do CNJ "extirpa os dois entraves mais drásticos ao direito de greve contidos na Resolução 86: o primeiro deles obrigava os Presidentes dos Tribunais, `sob pena de responsabilidade` a descontar os salários dos grevistas na primeira folha de pagamento subsequente, e o segundo impedia negociações sobre compensação ou pagamento depois que algum desconto houvesse sido efetuado".

Fortaleça a organização e luta da categoria. Filie-se ao Sindicato

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares